



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

**ATA DA 4ª REUNIÃO DO GT  
ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO  
GESTÃO 2007/2009**

Data da Reunião: **22 de agosto de 2008**

Local: Edifício Martinelli – 11º andar

No dia 22 de agosto de 2008, às 14:30 hs, reuniram-se nas dependências do Edifício Martinelli, na Rua São Bento, 405, 24º andar, Centro – São Paulo, para a 4ª Reunião do GT – Acompanhamento Orçamentário - Biênio 2007/2009, **Sra Violeta Kubrusly** (representante da SEHAB); **Sra Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz** (representante do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo – CRESS-SP); **Sra Evaniza Lopes Rodrigues** (representante do Movimento Sem Terra Leste 1); **Apoio:** Sr. Antonio Maria (financeiro COHAB) e técnicos da Diretoria Social e Comercial. **Sra Violeta** inicia a reunião lembrando que a reunião esta sendo gravada, a pedido do grupo, e que se mantém o sistema de transcrição posterior. Solicita que todos se identifiquem ao microfone para garantir o registro adequado das falas. Reforça a presença do Sr Antonio Maria, a disposição para os esclarecimentos que o grupo necessitar, também em relação a Proposta de Orçamento 2009, apresentada num primeiro momento à Comissão Executiva, mas sendo apresentada aqui que o GT também se aproprie dessa informação. Passa a palavra para a Coordenadora, Sra Tânia, Conselheira pelo CRESS de São Paulo e pede desculpas pois não poderá estar presente durante toda a reunião. **Sra. Tânia** recupera as discussões anteriores e lembra que uma das demandas dos conselheiros era transformar os relatórios contábeis em relatórios mais gerenciais, relatórios em que o conselheiro pudesse ter uma perspectiva tanto histórica como da totalidade dos empreendimentos do Fundo; que os conselheiros pudessem ir se capacitando e desvendar a complexidade dos números. Havia uma dúvida, pro exemplo, em relação a comercialização: porque da não comercialização de empreendimentos concluídos, porque Conjuntos Habitacionais construídos anteriormente ainda não estavam comercializados. **Sra. Evaniza** desculpa-se por não ter participado da reunião passada e reafirma que a dificuldade que o conselheiro tem é em relação ao acompanhamento orçamentário é ter um fluxo de informação contínua, que inclusive independa de reunião e permita acompanhar a evolução da atuação do Fundo; isso porque chega para os conselheiros uma série de demandas sem que ele tenha condições de avaliar se a aprovação de determinada despesa prejudicaria ou retardaria alguma obra em andamento. “Como ao Conselho compete tomar essa decisão, para tomar essa decisão, no caso (apresentado no Conselho) volto a dizer, nem caberia (se opor) porque era uma decisão judicial, mas para tomar qualquer decisão, aditamento de contratos e tudo, fica uma situação muito no escuro porque a gente não tem idéia do todo. Então como é que a gente pode transformar essa informação, e o GT no nosso entendimento ele é uma ferramenta, o conjunto das informações tem que estar disponível para o conjunto dos Conselheiros, e aí se é através de sistema informatizado, se é através de planilha, como é que a gente faz, eu acho que isso aí pode ser uma, o formato acho que é uma questão a ser discutida, mas o que a gente tem sentido falta, apesar de nas últimas duas reuniões ter sido apresentado um pouco a evolução, que isso aconteça ao longo do período, ao longo do ano com mais assiduidade. Uma outra coisa é dar uma humanizada nas informações dos contratos em andamento”. **Sr.**

**Antônio Maria:** "A parte orçamentária de fato ela é complexa, ela é, vamos dizer assim, chata, por quê? Ela aborda especificamente origem de recurso e aplicação de recurso, então no âmbito financeiro a gente não passa daí, ou seja, como que se monta o orçamento? As áreas interessadas, a gente chama de Gestoras, nessa época do ano cada um tem que mandar as suas propostas para consolidar no orçamento; então o pessoal que trabalha com Bolsa Aluguel na Área Social vai mandar o que se propõe fazer, o que se precisa para dar continuidade ao Bolsa Aluguel, Locação Social e a técnica, a maior parte vai juntamente com HABI e SEHAB que é a Gestora, em conjunto com o Conselho do Fundo definir o que se vai aplicar, onde e quais os Programas. Uma vez definidos esses recursos, monta-se uma proposta orçamentária com os diversos Programas, os códigos que vocês já viram, seus nomes e tal, parte-se de um saldo inicial de exercício anterior se existir, cada área vai detalhar, vocês vão ver na proposta desse ano um cronograma do que se pretende fazer no próximo exercício. Vai fazer uma exposição de motivos, porque que está priorizando essas obras. Vamos partir de Mutirão, por exemplo, a norma é, prioriza os que estão em andamento, precisa terminar isso e na medida do possível dos recursos orçamentários o início de outros convênios que foram assinados e assim por diante; então o que se faz é isso, há algumas sinalizações de recursos, do montante de recursos não fechados. Na reunião anterior que participou o Presidente do Conselho de SEHAB, da COHAB e demais Conselheiros, sabe-se que, olha, não dá para a gente tomar como referência o que foi aprovado no exercício anterior porque se pediu tanto, se cortou tanto e depois se congelou tanto, então não há uma preocupação com esse limite inferior mas também ninguém sonha, ninguém extrapola muito porque sabe mais ou menos do histórico de recursos do Município. Feito o orçamento o quê que a gente faz? Nós temos algumas planilhas gerenciais, eu acho que apresentei algumas na 1ª reunião, não sei se para vocês, onde aparecem as dotações que vem do Tesouro, ou seja, que sai recurso do Tesouro e as demais que são as extra-orçamentárias que foi assunto da reunião anterior, então na verdade a gente tem, em termos gerenciais é uma questão de custo mas não dá para simplificar mais, é assim, a gente já tem pronto. O 1º que nós apresentamos, aqui são os nomes, a gente faz uma legenda, é essa mesmo, isso, na verdade no começo é complicado porque as pessoas precisam ter familiaridade com os códigos, com os nomes, etc., agora não tem outro jeito, você tem aí a identificação dos grandes grupos, o que se tinha de dinheiro, o que se aprovou, o que se congelou ou suplementou, o que se utilizou até determinado momento, então é isso que nós fazemos, nós temos então uns controles iniciais que é isso mesmo, essas coisas assim, quer dizer que não dá para simplificar mais. A cada reunião do GT então, por exemplo, mesmo que não seja para apresentar, nos propomos a atualizar essas planilhas básicas que dão esses dados, ou seja, saldo aprovado, quanto nós pedimos o quanto foi aprovado, do que foi aprovado o que foi cancelado, suplementado ou congelado, o que entrou de recurso novo que a gente fala, às vezes tem recebimentos e tal a gente chama de extra-orçamentário, o que se pagou e o que tem em saldo e o que falta liberar, então eu acho que isso a gente vai estar a disposição para sempre ficar retomando a explicação até acostumar, mas pelo menos as planilhas nós nos propomos, se assim o grupo desejar, a cada reunião vocês solicitam com antecedência e a gente providencia atualizado. A parte extra-orçamentária que ela às vezes é meio complicada porque a gente é obrigado a criar algumas rubricas, números diferentes para controle interno na contabilidade do Fundo, não pode ser aquele número que é do orçamento programa mesmo, então, mas não sai daquilo que eu passei para vocês, a tendência é diminuir e não aumentar o número de item extra-orçamentário. Agora vem a complicação, isso é o orçamento, agora quando as pessoas começam a entender o orçamento como foi no Conselho anterior, como funciona o mecanismo, aí eles começam a achar o seguinte, puxa, mas por quê então só investiu isso? Por quê tem esse saldo na conta? Aí começa a se aprofundar, então vem a área técnica (e explica) em determinada obra aconteceu isso, isso, tem algum problema legal e tal, nos Mutirões, quer dizer, o Mutirão em média, a cada 200 mil que você libera, você adianta, deveria prestar conta mensalmente, mas vocês levam 6 meses para prestar contas, ou seja, utilizar aqueles recursos, então fica complicado, e quando vem prestar conta lá no final está faltando documentação, tem utilização tal, o processo de Mutirão ele tem uma determinada morosidade, então quer dizer, tem que ter essa explicação para justificar o porque que o recurso ficar na conta, por outro lado essas obras começam a se arrastar pelo tempo, por um período longo, de 90 até uns 6, 7

anos depois da Erundina é o que aconteceu, houve escassez de recursos na administração do Maluf e tal, então teve um período que as obras ficaram mais ou menos estagnadas, eu estou falando de Mutirão nesse caso, por conta de recurso, mas depois começaram a vir os recursos, tropeçou na capacidade construtiva, de produção. Esse é o histórico: a gente tem que ir explicando, olha, foi pedido isso porque se esperava que fosse terminar isso, aí a gente fala, olha, o ritmo não é esse, a gente está liberando, nós temos liberações para Mutirão que chega quase a 800 mil reais para você ter uma idéia, mas não adianta, eu falo aqui como técnico, desde o início do Fundo há uma briga danada para recursos, você viabiliza os recursos, Mutirões é o que tem sido menos cortado em todos os anos porque é interesse também do Fundo terminar essas unidades, mas a capacidade produtiva é lenta, então seria um assunto a discutir com o Grupo Orçamentário, precisaria discutir com o Conselho dos Representantes das Comunidades uma forma de deixar isso mais sistemático, então nós temos saldo, vocês vão ver quando eu trazer na próxima reunião atualizado o orçamento deste ano, vocês vão ver que nós temos saldo na conta de Mutirão, quer dizer, finanças nessa administração está que nem um relógio, desde 2004 o que foi previsto e foi aprovado e depois que tirar tudo vem como um relógio, já empenham o ano todo, liquidam, pagam direito, ou seja, o dinheiro vai ficando na conta, então nós temos também um ônus administrativo que, você vira um Banco, e fica esse dinheiro que não se pode mexer para outra coisa, então não tem. Este quadro, de obras, ele resultou mais ou menos disso, o quê? Mas por que tem tantas unidades? Quantos conjuntos estão terminados, concluídos e não estão comercializados? Nós temos muitos conjuntos concluídos e não comercializados, a maioria são aqueles que vieram do extinto FUNAPS, porque tem muitas pendências a serem resolvidas antes de chamar, tem que identificar essa demanda, tem que pegar alguma pendência que existia, levantar os valores pagos, nós temos uma dificuldade tremenda porque em HABI lá no FUNAPS não tinha uma controladoria adequada, então para a gente recuperar o que foi pago, então o pessoal aqui de HABI tem que recuperar alguns relatórios da PRODAM, a última prestação paga foi em 1990. De 90 até 94 não se cobrou nada no âmbito do FUNAPS, mesmo de quem tinha os contratos. Parte dos mutuários, por exemplo, do mesmo conjunto, ganhou a unidade; outros pagavam um percentual do salário mínimo, outro pagava tal. As regras eram complicadas, de acordo com a legislação do Fundo nós temos que, sempre que possível, manter as condições do contrato original, qualquer que seja. Se as condições do Fundo forem melhores a gente pode ofertar, mas de qualquer forma nós temos que atualizar aquele dado e trazer até aqui para retomar. com, nós tínhamos um trabalho um pouco complicado, a Fabiana Tempos muitos empreendimentos concluídos que falta botar um tijolinho, a gente chama lá, e eles não tem interesse porque já estão morando há muitos anos. Nós temos interesse, quer dizer, mesmo que seja 1 real que retorne para o Fundo é bom para eles porque você tem um instrumento jurídico da própria unidade assinado e você tem um retorno, quer dizer, 1 real é diferente de zero, vamos dizer assim, é infinita a diferença. Há um pleito do Tribunal e dos conselheiros há muito tempo para que essa situação se regularize, mas nós temos muita dificuldade em relação às Associações. Você resolve um "probleminha", se eu estiver errado você me corrige Vilela, eles criam outro complexo, você fecha o custo nas condições do Fundo, que a Associação assina um convênio que tem uma legislação atrás disso, você vai e fecha o custo financeiro lá na minha área, aplico lá, tiro o que não é incidente, calculamos as prestações de acordo com a Resolução do Fundo, a área comercial dá o subsídio necessário, mas mesmo dando subsídio necessário que pode chegar até a 60%, tudo é muito, então há uma resistência tremenda. Na última reunião do Conselho foi aprovado uma Resolução, todos assinaram, que é a maior parte que nos cria caso para assinar, criar caso entre aspás, que eles argumentam, eles vão pagar 25 mil reais em 300 meses, nem falo para vocês o quanto custou esse Mutirão porque não vem mais ao caso, então é um subsídio tremendo. Eles vão ter o benefício de pagar com juros zero 25 mil reais, dividido em 300 parcelas, se for do interesse deles. Não chega a 100 reais por mês, breve eles vão ser convocados para assinar isso, então nós estamos ansiosos, e se não assinarem nós vamos trazer isso ao Conselho também". **Sra. Tânia** solicita que se explique, no caso de uma unidade concluída cujo custo é 39.759 e o custo financeiro 45 mil, por exemplo, vai ser comercializada por 45 mil ou por 39? **Sr. Antônio Maria** esclarece que existe um custo que é da obra mesmo que é aquele que se investiu atualizado de acordo com o

contrato da empreiteira, ou seja, quanto custa a obra propriamente dito. Se nas Resoluções do Fundo esse custo fosse atualizado nas mesmas condições, seria o mesmo valor, mas normalmente não. "Normalmente essa planilha aí, é por isso que ela é dividida em duas partes, ela tem que dar informação da obra propriamente dita porque tem muito interesse em saber quanto que é o percentual físico que foi feito desta obra, o quanto foi medido até agora desta obra em valores, aí não está em P Zero não é Vilela, está em valor do desembolso, está em valores pagos pela empreiteira, ou seja, valores atualizados de acordo com os índices da obra, o custo do serviço, do material, só que não é esse o custo que vai ficar para o beneficiário final, qual que é o custo? O Fundo Municipal diz o seguinte: para a composição do custo de venda da unidade você pega o valor desembolsado, então por exemplo, ele desembolsou 100 mil reais para uma obra hoje, pagou para o empreiteiro, esse 100 mil é um valor lá em P Zero com as suas devidas atualizações de custos da obra, mas vamos supor, foi 100 mil, ou para o Mutirão, a gente faz o desembolso, um adiantamento para a Comunidade de 100 mil, então a partir daí o Fundo começa aplicar IPCFIP até agora, porque nós novos empreendimentos de acordo com a Resolução 32 é o INCC, mas vamos pegar esse passado, era IPCFIP mais 2% ao ano de juros de carência, por quê? Porque por Lei a 11.632 diz que o juros mínimo no âmbito do Fundo Municipal, tanto na fase de produção quanto na fase depois de financiamento, no mínimo era 2%, por isso que teve que ter um Decreto agora que permitiu que fosse juros zero para o financiamento do mutuário, mas enquanto está constituindo o custo da obra o juros é 2%, então esses 39 ele vira 45, por quê? A cada pagamento que foi feito lá para o empreiteiro ou para o Mutirão nos diversos anos, diversos meses, desde lá, então a gente pega aquele valor, é corrigido pró-rata de até a data de atualização do relatório, pelo índice IPCFIP no caso e mais 2% pró-rata, então é assim que se fecha o custo de comercialização para o beneficiário final, este é o valor que é o custo real, claro que desse valor tem itens que não são incidentes, então por exemplo, dentro desse 45 mil a Resolução diz, olha, infra-estrutura condominial, desculpe, pública e urbanização não é incidente, e também se tiver Centro Comunitário, embora ele componha o custo da obra, ele é um ativo, ele não é incidente para o beneficiário final. Quando se conclui a obra, isso vai para fundo perdido e só se cobra a diferença, por isso que a gente apresenta isso, quer dizer, esse quadro que ele é enorme, não tem jeito de fazer menor porque o pessoal, outros Conselheiros queriam informações mais detalhadas. Focando uma obra é possível dizer quando ela começou, quantas unidades tem, o que foi feito até agora, o que se gastou com empreiteiro e tal, e para efeito de comercialização o quanto está valendo a unidade hoje. **Sra. Evanisa** sugere que seja realizado um curso para sobre a questão da leitura do orçamento e da execução orçamentária, como é que funciona. " Uma coisa importante para o Conselho saber (em relação às) obras que estão contratadas, qual é a previsão dela, quando você discute o orçamento para o próximo ano, qual que é a previsão, é fazer metade, é fazer 25%, claro que a gente não vai dar um corte linear porque as obras tem ritmos diferentes, mas ter essa perspectiva, por quê? Aí é a pergunta que não quer calar, é claro que é o seguinte, bom, nessa margem de recursos que, tão necessários para essas obras que já estão contratadas e olhando para o orçamento 2009, para o próximo orçamento de 2009, o que pretende se de contratar de novo, o FMH terá capacidade de contratação? Porque a informação qualitativa que interessa para as Entidades que compõe o Conselho, digamos, se vai ter dinheiro para concluir o que está contratado, vai ter dinheiro para fazer coisa nova, a informação técnica tem que chegar e responder a essa pergunta, porque acho que essa é uma demanda importante que os Conselheiros trazem à SEHAB". **Sr. Eduardo** informa que no orçamento 2009 foram relacionadas todas as obras iniciadas, acrescidas das obras para regularização; não foram incluídos empreendimentos novos. "Se a gente pegar historicamente, em 2005 tínhamos em Mutirões assinados 200 milhões de saldo, com uma média histórica de 10 milhões para Mutirão por ano. A gente tinha 20 anos de obras de Mutirão. Não cabe, hoje, no orçamento do Fundo, começar novos empreendimentos; a gente privilegiou obras de regularização por conta do Ministério Público e da necessidade de comercializar". Acrescenta que alguns mutirões tiveram apenas liberação para canteiro em 2004 e, nesses casos, foi previsto penas metade do saldo, pois os mesmos não possuem condições de ficarem prontos em um ano. Esclarece também que somente o que é previsto no exercício e não executado entra como restos a pagar. No caso de obras contratadas, como são

liquidadas para a COHAB, não entram como restos a pagar. **Sr. Antônio Maria.** “Só complementando o que ele disse, pode acontecer de ter alguns valores liquidados e que não são pagos, eles já estão previstos para 2008, por exemplo, estão liquidados e não são pagos até dezembro, aí alguns casos passam como restos a pagar e eles pagam no exercício seguinte com o restos a pagar, mas parte do anterior, realmente, foi competência 2008 que embora já liquidado por algum motivo não pagou. **Sra. Evaniza. Solicita esclarecimento em relação às obras de apoio habitacional e Sr Antonio Maria esclarece que são obras por empreitada. Completando o ponto anterior acrescenta que aparecem na planilha obras que praticamente estão concluídas - fisicamente - mas que não tem o custo fechado, por algum impeditivo, ou seja, ainda não foram enviadas para o financeiro fechar o custo e na seqüência encaminhar para comercial da COHAB, chamar o beneficiário e fechar o contrato. Além disso, uma situação pior refere-se àquelas obras que já forma concluídas, já se fechou o custo, já foram encaminhadas para área comercial e não se consegue comercializar. “Este é um demonstrativo à parte, ou seja, quando necessário a área comercial, a Fabiana que é a Gerente de contrato de seguros, estará sempre à disposição para apresentar. **Sra. Evaniza** lembra da sugestão realizada na reunião passada: que fosse providenciada uma listagem com situação fundiária, situação das unidades, se concluiu ou não concluiu, se entregou ou não entregou, de todos os empreendimentos que seriam contempladas pela Solicitação de voto n.º 23. “Nós fizemos inclusive lá na entidade uma reunião com os conjuntos da 1ª geração, a gente fez um seminário há duas semanas atrás e tinham algumas dúvidas, entre elas se conjuntos que já foram comercializados poderiam reverter seu contrato para a nova resolução, já que essa resolução é mais conveniente, é mais favorável do que a anterior, tem várias dúvidas, mas não sei se seria objeto dessa nossa reunião de hoje, ou de uma outra reunião. Outra discussão é que temos situações muito díspares nesses conjuntos antigos. Em alguns, por exemplo, a população comprou a terra, ela irá pagar exatamente a mesma coisa do que aqueles que tiveram a terra da COHAB ou terra Municipal?. Temos um caso, acredito que seja um, espero que seja um, porque é um rolo danado, que a terra é da CDHU, então eles vão ter que pagar para a CDHU e pagar para a COHAB, acho que nem seria hoje o nosso objeto aqui, mas há uma série de situações para a gente discutir. **Sr. Antônio Maria.** “Antes de passar para a Fabiana eu acho que é oportuno só para esclarecimento conceitual: não é possível você pegar uma resolução nova e aplicar para um outro universo que já foi assinado, já tem um instrumento jurídico perfeito assinado, porque isso constitui ativo do Fundo, está contabilizado. Isso só seria possível se fosse contemplado na própria resolução. Quanto a terra, o que incide para o Fundo está na resolução. Eu sei que poucos lêem, assim, quer dizer, a associação nem tem tanta obrigação, mas nós assim até às vezes no âmbito do gestor, do operador, muita gente não lê: lá diz o que é incidente. Então quando o terreno é da associação esse terreno não é incidente nesse custo. Na verdade você está cobrando o retorno apenas daquilo que o Fundo investiu naquelas condições estipuladas, deduzido o que não é incidente”. **Sra. Evaniza** pondera que para os casos “normais”, essa questão está resolvida; porém na situação nova, onde se estipulou um valor de 24 e 900 para as unidades, como é que fica essa questão? **Sr. Antônio Maria:** – “Você tem toda razão, eu estou desde o começo, eu acompanho o Fundo, eu não entro no mérito porque não cabe a mim, quem decide é o Conselho, é o Município, eu posso achar que é justo ou é injusto, mas a isonomia é uma coisa importantíssima a se observar. Então quando saiu essa resolução, eu não participei do financeiro, eu não participei, eu não fui consultado assim tecnicamente, eu soube dessa resolução quando já recebemos lá no financeiro um envelope com a pauta tal, então na verdade eu teria mil motivos para incluir outro, ampliar o universo ou restringir isso daí. Então, na verdade, eu não saberia te explicar porque de uma certa forma é um privilegio aí, você entendeu; então na verdade eu nem sei como surgiu os 25 mil reais aí em 300 meses, quer dizer, nem sei, mas nós tentamos pelo menos e isso foi numa reunião anterior a que foi votada, falar pelo menos do problema da renda: como é que você pode cobrar uma mesma prestação de uma família que comprovadamente estava no processo, ganhava 3 vezes mais do que uma outra que ganhava muito pouco. Então eles não estavam respeitando a capacidade de pagamento, que é uma bandeira das comunidades. Fala: olha, o Fundo, nas resoluções, na legislação do Fundo - ela foi construída assim - aquele que pode mais paga um pouco mais porque subsidia o outro, mas nunca**

aceitaram isso, eu sei disso porque quando foi comercializar ninguém teve coragem de aplicar a fórmula que veio desde o início que é proporcional à renda familiar. Então o subsídio ele era uma linha reta, normalmente ele é homogêneo; então isso é uma covardia, uma coisa que a gente precisa, ou abaixa a hipocrisia, ou faz uma coisa que é igual para todo mundo, assume isso de uma forma legal ou então não dá para passar isso sem discussão. Então nesse caso aí - era isso que eu estava comentando - são vários mutirões, tiveram problema assim e tal, mas muitos outros tiveram, continuam tendo e vão pagar bem mais dos que os 25. O subsídio vai ser dado de acordo com a renda familiar, porque a gente faz o comprometimento básico do 25%, portanto, nós vamos ter famílias que ganham 4, 5 salários mínimos comprometendo 10% da renda, vamos ter famílias que ganham 3 comprometendo 25% da renda". **Sra. Evaniza** - "Eu queria destacar que a nossa proposta foi essa, de ter um subsídio proporcional, e vai ser desproporcional à renda das famílias". **Sr. Antônio Maria** - "Ele já é. Na resolução que está em vigor normal". **Sra. Evaniza esclarece que referia-se à nova resolução e reforça a solicitação de se ter** um quadro com o universo de conjuntos que vão ser beneficiados pela nova resolução. **Sra. Fabiana** - "Nós estamos preparando na COHAB um ofício direto para apresentar ao Fundo, para apresentar à HABI, com uma lista de todos os empreendimentos e unidades para gente já começar a trabalhar nesse sentido, para trabalhar ainda, junto com esse ofício para autorização, para começar as tratativas de comercialização, nós ainda temos que identificar como está a população da região. Com certeza há uma rotatividade, mutuários originais não são os mesmos, com certeza, porque nós temos empreendimentos lá muito antigos, tem empreendimentos do Funaps, tem alguns que assinaram contratos super precários na época. A gente vai ter que analisar caso a caso, mas já estamos providenciando essa listagem". **Sra. Evaniza** - "Uma questão que a gente queria pedir para prestar a atenção é a seguinte: fizemos uma assembleia e a média de idade é de mais de 65 anos. Estão morando lá há 18 anos, quando elas mudaram para lá eram jovens e hoje você tem pessoas que, na regra atual já não teriam mais capacidade de contratação por causa da idade, principalmente os mais de 65 anos ou teriam que pagar um seguro muito alto. Precisa atenção para que nessa nova regra elas possam ser incluídas, mesmo com idade avançada. E outra coisa é também em relação, nós vamos nos deparar, com certeza, com famílias que não terão capacidade de pagamento de 83 reais, isso nós temos certeza, a gente trabalha com as famílias a gente conhece não é, são famílias que ganham menos que um salário mínimo, não sei dimensionar esse universo, eu não sei se ele é significativo ou não, mas elas existem, também então que a gente pense qual vai ser a alternativa para esses dois casos: famílias com idade avançada e famílias com rendas inferiores a um salário". **Sra. Fabiana** - "Com relação à idade avançada, a apólice de seguro que a COHAB tem não limita idade. A gente simplesmente tem que ter um bom senso, claro, na hora da contratação para a gente não assinar um contrato com alguém de 85 anos num prazo de 25 meses, mas atualmente nos contratos que estamos assinando a gente consegue adaptar, a grande maioria não mora sozinha, assina o contrato no nome dela com o filho. Então a gente não está tendo problemas com relação a isso. Atualmente, mesmo nos conjuntos que assinamos recentemente, moram idosos também, nós não estamos tendo problemas, com relação a renda da pessoa que muitas vezes não atinge a um salário mínimo. **Sr. Antônio Maria** - "Isso é um exemplo muito bom, principalmente num grupo de orçamento. Eu quero explorar um pouquinho: é dinheiro público, nós estamos tratando dinheiro público, portanto, nós temos que ter respeito a esse. Então tudo que possa ser feito, independente da posição de cada um, eu gosto e o outro não gosta, tem que ser através de uma resolução, ou seja, o que é por decreto se muda por decreto, o que é por lei, por lei, o que é por resolução é por resolução. Então no caso aí, essa resolução ela engessou, de fato ela não previu um monte de coisas; então no caso aí a família que não tem condições de pagar os 80 reais, não tem solução para ela, ou seja, ela teria que ser atendida num outro programa, é o que a Fabiana está dizendo, veja só, nós estamos vendo a coisa pública, não sei quem escreveu a resolução, quer dizer, tinha toda uma legislação e tudo, não é assim, eu faço o negócio e depois se costura, não, o que se pode fazer agora e o que se deve - é uma sugestão - é fazer uma instrução normativa de como vai atender essas famílias de acordo com a própria resolução. Agora você tem razão: tem caso aí que não vai estar acordado, você vai ter família que está fora da resolução normal do Fundo, portanto, você não pode dar 60% de subsídio para

chegar numa prestação de 50 reais, por exemplo, porque ela está no universo desta resolução, eu nem sei o número, eu não sei se já existe o número". **Sra. Evaniza** - " É uma decisão da reunião do Conselho". **Sr. Antônio Maria** - "Exato, ou seja, teria que ser mudado para uma resolução, teria que alterar um item da resolução. Então o que eu digo, pelo menos que faça a coisa para não dar problema para gente quem presta contas depois, para vocês e para o Conselho, para todo mundo. Outra parte importante é o seguinte: é tomar cuidado com essas resoluções. Porquê? Quando você faz, fazendo uma exceção, mas obedecendo a capacidade de pagamento, você está de uma certa forma fomentando o Fundo, uma auto-sustentação que é o grande interesse. Hoje o Fundo mau paga o seu custeio, ou seja, é tanto subsidio, as prestações são tão baixas que vocês vão entender aí quando vir esse orçamentário. O Mauro tem que detalhar a parte do recebimento das prestações, vocês vão ver que é muito pouco, tem mês que fica devendo para o agente operador COHAB, ou seja, a gente não pode cobrar remuneração porque você não tem de onde tirar esse recurso, porque esse recurso ele não vem de uma dotação orçamentária, ele vem da própria, do custeio dele, vem do retorno da comercialização, não é uma remuneração da fase de produção e de comercialização. Então, por exemplo, este aí é um problema sério porque nós vamos receber por um grande universo prestações de 80 reais, aí você vai tirar dessa prestação a remuneração do agente operador COHAB, vai ficar muito pouco para o Fundo. Pior ainda, ou seja, se você já tira as coisas repassadas, que é o seguro, então não é mais 80, é 70, sei lá, 75, aí você tira a remuneração da COHAB como agente operador, é assustador o que fica no Fundo. Então vocês vão acompanhar aí a realização orçamentária, quando chegar na arrecadação acumulada vocês vão ver naquelas planilhas resumos que eu vou passar, entregar, em cada reunião de vocês, que de fato, junta com a inadimplência, mesmo assim tem inadimplência, ou seja, você tem um subsidio e tudo, mas tem uma inadimplência alta, é um negócio complicado, é muito difícil você manter a adimplência, aí você trabalha com a sua população alvo, enfim, é muito mais difícil recuperar ali. Aí a gente começa a correr, é um ciclo vicioso, então vocês vão ver que em termos orçamentários praticamente você só conta com suporte, ele está amarradinho na parte que vem do Município para a parte de produção, na parte de retorno de comercialização, no retorno dos investimentos a situação está muito complicada, e precisa ser revista. **Sra. Evaniza** - "Acho que essas informações só levantam isso. Esse processo da nova decisão do Conselho - nem estou chamando de resolução porque ela não foi consignada como resolução, está como decisão do CMH, estou como uma cópia aqui - ela gerou uma grande expectativa nas famílias que vivem nos imóveis, nas casas que foram construídas pelo Fundo. Não estou nem avaliando, assim, não estou dizendo se é boa ou se é ruim a decisão, estou dizendo o seguinte: ela gerou uma grande expectativa e, seguramente, a gente está sendo um veículo dessas comunidades a demandar melhores definições da COHAB. Se por um lado isso acarretou vários anos sem que o Fundo arrecadasse, também para as famílias acarretou um prejuízo de não ter as unidades comercializadas. Morar numa unidade não regularizada, não é um lucro, não é uma vantagem, é uma desvantagem que essas famílias passaram. Nós trabalhamos com conjuntos que foram inaugurados há 17 anos, em mutirão, estou falando no caso dos mutirões, que, portanto, essas famílias estão há 17 anos esperando essa regularização. Já tiveram muitos prejuízos inclusive na sua capacidade de demandar ao próprio Poder Público, porque o que sempre foi ouvido deles é isso: vocês não pagam nada, vocês nunca retornaram ao Fundo; na maior parte delas, há um desejo sim de retornar, mas também há uma demanda de conclusão, do todo, do processo. **Sr. Antônio Maria** - Eu queria aproveitar para esclarecer: o que o pessoal precisa saber principalmente esses que já estão morando lá e que por algum problema não se comercializou definitivamente, toda legislação do Fundo garante que a pessoa pode pagar com termo de permissão de uso, com opção de compra e tirando a parte repassável aquela parcela fica como uma poupança para ele para amortizar, ou seja, ele já não estaria perdendo tempo; então esses 10 anos, 5 anos pelo menos, que estariam lá, ele poderiam estar pagando alguma coisa, poderia ser simbólico. Eu me lembro que no início da Administração anterior, do Ricardo Shuman, Presidente da COHAB, ele incentivou isso, fez um levantamento todo e tentou chamar esses mutirões que estavam lá, que existe alguma pendenga de diversas origens e tal, mas no sentido de se firmar um compromisso, que ele era provisório, mas que ele permitiria, quer dizer, seria um documento a mais,

melhor que nenhum documento, ao mesmo tempo ele já estaria pagando uma parte daquela unidade; é importante que as pessoas saibam que mesmo quando não se é possível fazer a comercialização definitiva, eles podem pretear a qualquer momento, ficar pagando alguma coisa a título de retribuição que tirando a parte do seguro, que a gente sempre põe o seguro aí, por quê? Se acontecer um sinistro depois a gente garante a unidade da pessoa, tudo fica a nível de poupança, isso é individualizado, entra no sistema informatizado, ele tem um extrato a qualquer momento da posição dele, então essas pessoas, nós tivemos muita resistência porque foi ofertado isso na administração anterior da Marta, e não conseguiram". **Sra. Evaniza** - "Também é importante ter uma perspectiva da regularização, em muitos casos a gente sabe o que perspectiva, está muito distante". **Sr. Antônio Maria** - "Mas eles não vão sair de lá, o que eu garanto é o seguinte: já fizeram a casa, já estão lá, eu não conheço um caso que alguém foi lá e desmanchou a unidade e tal, pode morar "ad eterno". Na verdade se ele ficar, eu até dei o exemplo para os representantes das associações, que a gente não fala muito com o povo mesmo, fala com os representantes, que a gente tem boa vontade, mas é difícil o entendimento, a situação limite é: demora tanto tempo que o que ele pagou como retribuição é suficiente para pagar o custo daquela unidade por que eu tenho custo fechado diário dessa unidade, a gente não quer nada além do que ela custou. Então a partir do momento em o que ele tem de crédito for igual ao saldo devedor atribuído aquela unidade, ele não vai pagar mais nada, ele já tem garantido, por exemplo, em termo de quitação de dívida, está entendendo, eu como técnico, como participante do Fundo e de toda discussão, eu garanto para você, não conheço um caso de uma ameaça, nem uma autoridade que diga para fazer o seguinte, olha você não vai ficar sossegado porque alguém pode chegar aqui e te tirar dessa casa por conta da regularização, não existe isso". **Sra. Evaniza**: "Mas a própria COHAB combateu, tentou regularizar os contratos irregulares que ela tinha, acho que também é um direito do pessoal do Fundo, também ter essas casas regularizadas, acho que é um processo que tem que ter uma perspectiva, acho que você não estão reivindicando que seja feita imediatamente, mas uma perspectiva para que isso seja feito". **Sr. Antônio Maria** - "Com certeza, você tem toda razão, são coisas diferentes, a regularização é prioridade como o Vilela está dizendo, tanto que tem Ministério Público em cima disso, e nesta previsão orçamentária para 2009 uns dos pedidos foi que na parte de regularização a área precisa apresentar um cronograma, então na verdade é isso, é uma das prioridades, porque sem regularização você não vende e você fica administrando uma locação que é oneroso para a COHAB, para o Fundo, é muito inseguro, dá insegurança para a família, que nem você falou, embora a gente saiba que ela não vai sair da unidade. Eu vou considerar então que para a próxima reunião isso é uma tarefa então, onde vai ser composto de duas partes, tirando esse universo aqui, uma parte é de já concluídos, não depende mais de obra, não é um problema de obras, que é aquilo que eu expliquei. Então aí seria a Fabiana, ela vai dividir o universo em duas partes: este dessa última aprovação e os que estão fora, quais os motivos, e o da Silvia lá da área técnica, ela vai ter que providenciar que vai sair dessa relação quais aqui estão com 100% e porque não posso liberar para fechamento de custo. Uma parte que vai estar aqui, ou seja, nós vamos ter a parte dessa última aprovação que é esse universos aí dos 25 mil reais, uma outra parte que não é desse universo, mas que está pronto para comercializar e por algum motivo, mas não é obra, e uma última parte que está aí no meio, ou seja, tem 100% aí, o que falta, porque está demorando tanto para liberar para o financeiro, comercial". **Sra. Evaniza**: "Acho essa parte muito importante da comercialização, mas eu queria ainda voltar ainda para a execução, são as unidades que já foram concluídas, um pouco, muito, em curto, longo ou longuíssimo tempo foram concluídas, agora eu me preocupo o papel do Fundo na política de habitação, eu vejo com muita preocupação isso que nós estamos só administrando coisas antigas, tem muito pouco coisa nova e portanto o Fundo vai perdendo o seu papel na política de habitação. Essa é uma questão que a gente deve trazer ao conhecimento do conjunto do Conselho. Volto a reiterar, não sei se é possível, primeiro isso, atualização dessas planilhas que vocês tem, o Fundo faz isso mensalmente, você disse, então garantir o acesso aos conselheiros a esse material. Não sei, Vilela, como poderia isso ser feito sem modo digital ou se vindo aqui, como é que viabiliza isso, são representantes de um conjunto de entidades de famílias que me perguntam basicamente assim, o Fundo vai ter dinheiro para terminar a minha obra? Eu fui numa

Assembléia semana passada que a pergunta foi essa, e eu me sinto na obrigação de buscar a informação para responder a essa demanda, e a outra pergunta que é do movimento de sem tetos, das pessoas que demandam moradias, o Fundo tem previsão de fazer novas provisões, nós aprovamos na última reunião uma resolução, a penúltima reunião, uma resolução importante que é o aporte de recursos para complementar projetos e empreendimentos do Governo do Estado e do Governo Federal, aí eu vou para o 2009, tem dinheiro aqui para esse aporte e qual é esse dinheiro? Se não tivesse outra questão, poderia propor que a gente ajudasse a dar uma leitura nisso aqui para a gente entender o que cada coisa até para poder decidir". **Sr. Antônio Maria** – "Eu vou passar para o Vilela, só queria responder o início da questão que eu acho muito importante, qual o papel do Fundo. Isso me preocupa porque eu vi o começo, então junto com o pessoal, desde as primeiras resoluções, desde do regimento e tudo, então a gente sabe qual é o espírito do Fundo pelo menos, é o espírito da lei, pode ser que ela não traduza a isso, mas eu sei qual é o espírito dela, na verdade a política de habitação de interesse social do Município deveria ser elaborado através do Fundo, tem até um organograma que saiu no Suplemento especial, onde HABI, SEHAB ficariam com a parte mesmo mais das favelas, aquela parte toda, mas obra, quando se fala em obra e alguma coisa seria através do Fundo, vocês sabem que não tem acontecido isso, vocês acompanham os orçamentos aprovados, você sabe qual é o orçamento do Fundo e o orçamento, então isso é uma questão, ou seja, hoje em dia eu diria para você que HABI e SEHAB competem com o Fundo, ou seja, ela concorre, não estou entrando no mérito, mas há uma incoerência na legislação, por quê? Às vezes a pessoa tem uma expectativa em cima do Fundo, então qual o objetivo do Fundo? Parar por esses empreendimentos tal, não ter mais auto-sustentação ou de fato ele cumprir aquilo que a legislação pelo menos embute. Essa é uma questão que tem que se colocar, ou seja, não se gosta desse modelo, muda-se o modelo etc e tal ou não, então volta, você sabe que o Tribunal de Contas, a linha do Tribunal de Contas é importante que vocês saibam que eles insistem que o Fundo deveria voltar para a administração direta, por mais que nós já tenhamos explicado, olha ele saiu da direta exatamente até por sugestão de órgão internacionais que financiam que é o próprio BID e tal, por quê? Porque o Município contava com uma empresa que operacionalmente estava preparada para isso, estava ociosa porque terminaram os recursos federais e tal e o contrário, o que existia no FUNAPS e tal, a direta ela não tinha essa preparação, nem era a finalidade, o Município tem dificuldade em vender não é?. Então olha você tem uma empresa lá, ela foi criada desde a época da ditadura, então as COHAB vieram para fazer exatamente aquilo que o Estado e Município não podia fazer direto e que os bancos não queriam fazer, esse foi o conceito, mas na realidade, falando claramente, não é isso que tem acontecido, então há uma expectativa do Fundo e ao mesmo tempo assim no âmbito da população, uma parte também da administração, mas por outro lado a gente também vê que os recursos vão diminuindo o Fundo e aumentando, fica na outra parte de habitação, então essa é uma questão a ser verificada. **Sr. Vilela** – "Quanto ao orçamento do ano que vem, a gente previu aporte para implementação dos programas, está na 3ª dotação aí na 3ª linha, 10 milhões dentro dessa, a gente previu também carta de crédito pela 1ª vez, está na aquisição 61, é isso que a gente usou para montar na realidade. **Sr. Antônio Maria** – "Explicando sucintamente os valores da proposta orçamentária do Fundo para 2009: a 1ª dotação é projeto e ações de apoio habitacional, outros auxílios financeiros pessoas físicas, é esse número enorme 33904800. Então aqui são recursos que o Fundo vai injetar para o programa Bolsa Aluguel e um novo programa chamado Parceria Social. A idéia é atendimento, de acordo com a área social da COHAB, são 800 famílias no bolsa aluguel e se não me falha a memória 3600 famílias no parceria, previsto assim, um atendimento com incremento de 300 por mês, 300 em janeiro, mais 300 em fevereiro, em tal forma que vai chegar em dezembro mais ou menos com 3600, a previsão inicial era 6 mil famílias, mas em função das diretrizes dos limites precisou reduzir". Explica o que compõe uma das dotações do quadro : "Só ( a dotação de final) 48, é que são outros auxílios financeiros pessoas físicas, a de baixo é outros auxílios financeiros pessoa jurídica, ou seja, aquilo que é despesa, que não tem retorno, só que eu vou pagar concessionária, por exemplo, contas de água e luz de alojamentos provisórios, despesas de manutenção do programa da Locação Social, Vila dos Idosos, Olarias, Parque dos Gatos e mais dois empreendimentos que vão ser entregues que é o Asdrúbal e o Senador Feijó, ou

qualquer outra despesa, segurança e vigilância dos conjuntos vinculados ao Fundo, despesas cartorárias, algumas contingências que você gasta e que não tem retorno, mas desde que você pague para a pessoa jurídica”.

**Sr. Vilela** esclarece, referindo-se ao quadro, que a 3ª dotação é a dotação de obras, onde foram previstos os investimentos do “novo programa” - os 10 mil para complementação - , as obras já em andamento e obras novas, só de regularização. A complementação refere-se às obras que já estão andando: “o saldo do Senador Feijó, que o PEPH deve devolver, aí a gente passa de volta para ele; são obras já contratadas, algumas obras de infraestrutura contratadas de conjuntos, também que são para regularização mas já estão contratadas, não teve muito espaço para novos empreendimentos, mesmo com a regularização entrou parte, o saldo para regularizar de obras é muito grande, e a cada ano que se passa fica maior, se perde o que foi feito. O Jardim Miriam que vocês aprovaram na última reunião é uma obra do final década de 80, onde foi feita infra-estrutura na época, mas não foi complementada e hoje tem que refazer praticamente tudo para regularizar. O Jardim Continental, que é outra ocupação grande, são 3.500 famílias, está prevista uma parte dessas obras”. Esclarece que a linha 02, são recursos federais: os 2 empreendimentos que a gente tem no PEPH, o Senador e os Asdrúbal, que estão acabando. “A Caixa Econômica não repassou os recursos até hoje, depois a gente deixou aí para ter um espaço para entrar esse dinheiro ano que vem se a Caixa Econômica liberar os recursos. O Riachuelo a gente até estava no PEPH e até desistiu, terminou e a Caixa não liberou dinheiro nem para a desapropriação e o Fundo acabou assumindo as obras, a gente está tentando por no lugar o Cônego substituindo o Riachuelo”. Esclarece que a outra rubrica, de 2 milhões e meio é de aquisições, onde estão previstos recursos para o Carta de Crédito e aquisições de novas áreas se houver espaço, e de áreas para regularização. Informa que Reabilitação do Centro mudou o valor na última reunião, aumentou por conta do recurso BID. A rubrica 01 que é recurso BID. “Nessa dotação tem investimentos novos, são os 9 prédios, aquisição deles, projeto e início de obras. 51 é ( rubrica de) obras e atividades, 61 é aquisições”. **Sr. Vilela** – “Aquisições diárias para os desapropriados e saldo, não da para fazer obra ano que vem, mas tem um saldo se esse recursos vier para comprar áreas no final do ano para novos empreendimentos, envolver projetos, adquirir a área e faz o empreendimento no mesmo ano, então já fica um estoque para a próxima, para 2010”. **Sra. Evaniza** - “Posso fazer uma pergunta muito chata, segundo eu tenho aqui a Câmara aprovou o ano passado 47 milhões do FMH, e você está falando em 146 para 2009. Ou seja, essa perspectiva otimista foi um pouco realista ou? **Sr. Vilela** – “O ano passado nós pusemos 100 milhões também. Tem que ser otimista. **Sra. Evaniza** – “Outra reivindicação aqui é conhecer todo o orçamento de habitação, gosto muito de lembrar é o Conselho Municipal de Habitação, ele não é o Conselho do Municipal do Fundo, então queremos aqui solicitar a apresentação do orçamento completo da habitação no Município de São Paulo, essa é a 1ª coisa. A outra coisa é essa é que quando, a gente sabe disso, a proposta que vai para Câmara é uma, aí nós vamos todo ano, o movimento popular vai a Câmara, pressiona os parlamentares para aprovar, até inclusive para aumentar a proposta que a Prefeitura fez, porém, a maioria das vezes a gente vê esse valor reduzir. No entanto eu acho que, quando reduzido, também é importante ouvir o Conselho ( em relação ao que cortar)” **Sr. Antônio Maria** – Quem trabalha com orçamento a pior coisa é depois você ter que explicar aquilo que você não participou e tal, o importante que não é mais CFMH, passou a CMH, então o Conselho não deve até se restringir ao Fundo Municipal propriamente dito em quanto COHAB agente operador, você tem toda razão, na verdade o orçamento de habitação tem que também o orçamento da Secretaria” **Sra. Evaniza** – “Isso nós solicitamos desde a 1ª reunião desse GT, foi uma reivindicação consignada em ata, na 2ª reunião, está consignado em Ata que nós solicitamos o orçamento completo de habitação do Município, e uma outra coisa também que a gente não tem, não conseguiu informações de custeio também, é importante também que as informações de custeio sejam disponibilizadas”. **Sr. Antônio** – “O custeio, eu tenho aqui, a gente não apresentou agora a não ser que vocês queiram olhar, porque normalmente tem os cortes. Uma parte do custeio envolve as remunerações e essas coisas, mas de uma certa forma o que tange as receitas próprias operacionais do Fundo, ele já é previsto na peça orçamentária de 2009. Então, por exemplo, lá naquele fluxo de caixa que vocês tem lá, então tem lá recebimentos imobiliários, permissionário, as mesmas rubricas, então a gente já tem a projeção para 2009”. Foi entregue ao

GAT, que providenciou cópias para os presentes. “Vou passar para vocês, a programação de investimentos de uma forma sucinta, o demonstrativo de investimento, as rubricas que vocês tem aí de uma outra forma e um fluxo de caixa, aquele fluxo de caixa que aparece a parte também extra orçamentária que daria base para o custeio, então apenas considere que isso aqui é a primeira versão, ele está mais ou menos no formato que sai no diário oficial pelo menos até a página, até a folha 5, o que está até a folha 5 é o que é publicado no Diário Oficial com os devidos cortes e tudo, mas ele está na versão desses números atuais”. Esclarece que o orçamento do Fundo esta inserido no orçamento da COHAB, como agente operador, mas vai tudo via Secretaria de Habitação para a SEMPLA. Na fase de elaboração é na Secretaria de Habitação, gabinete da Secretaria de Habitação que centraliza todos os dados, de HABI, PARSOLO, RESOLO. **Sra. Evaniza:** “Então formalmente queria solicitar a Secretaria do Conselho que enviem para os conselheiros já que a nossa reunião é dia 24 de setembro, ou seja, muito inócuo, qualquer discussão dia 24 de setembro, que envie antes da próxima reunião para conciliar previsão, a proposta orçamentária de habitação do Município, não só do FMH, a gente agradece aí a apresentação da FMH, é importante conhecê-la, e é acessível a todos os conselheiros, o GT a gente utiliza como uma ferramenta, ele não é um espaço nem de deliberação, ele é um espaço de trabalho mesmo, grupo de trabalho para subsidiar o coletivo dos conselheiros, eu fico muito preocupada com essa situação porque eu até estava fazendo aqui uma pequena comparação. Em 2007, por exemplo, o orçamento aprovado da habitação foi de 627 milhões, 626 milhões com tudo, com custeio e com tudo, o Fundo equivale menos que 10% desse orçamento, eu acho que não é só uma questão de valores, é uma questão de rumo da política de habitação que eu proponho que o Conselho tenha que discutir, se posicionar sobre isso, uma outra questão que a gente acha importante, não sei se a gente tem mais alguma assunto novo, que o mesmo rigor de informação que a gente pediu sobre o FMH, também sobre os demais empreendimentos, hoje a SEHAB tem urbanização de favela, essas obras em andamento que nós até o momento não tivemos acesso ao desempenho orçamentário, aos contratos, a nenhuma informação sobre ela nesse nível de detalhamento, as apresentações feitas na reunião do Conselho a gente considera insuficiente para ter um olhar sobre a política de habitação do Município, que no final é disso que a gente está falando, não importa muito, o conjunto disso é que vira política de Município, eu acho que seria importante também formalizar essa solicitação com o mesmo rigor que a gente solicitou para o FMH e foi dadas as planilhas para gente, que isso também seja passado sobre as demais áreas da habitação. **Sra. Tânia** – “Então acho que só reforçar: acho que essa síntese que Evanize fez somada aquela outra anterior das informações, acho que foi uma reunião produtiva nesse sentido. **Sr. Antônio Maria** reafirma a disponibilidade de COHAB para esclarecer os materiais que serão enviados, de acordo com a solicitação dos conselheiros. **Sra. Tânia** recupera que havia uma pendência de informações em relação ao Quilombo. **Sra. Evaniza** informa que a associação tem reunião marcada com a Secretária na próxima semana sobre isso. Em síntese, **Sr. Antonio Maria** recuperou o que ficou acordado: que em relação dos empreendimentos não comercializados será apresentado 1. uma lista daqueles que serão contemplados com a resolução dos 25mil; 2. aqueles que tem custo fechado e não comercializado e não estão nesse universo; 3. Aqueles teoricamente com obra concluída, mas que ainda fechou o custo por algum impedimento; 4. O resumo da realização orçamentária, uma atualização daquela 1ª apresentação com aquelas planilhas. 5. o acesso ao Orçamento de SEHAB. A próxima reunião do grupo ficou agendada para 19 de setembro, às 14:30 hs, tá bom. **Sra. Tânia** encerra a reunião.